

Eleição para o CFESS 2020-2023

“CFESS DEMOCRÁTICO, DE UNIDADE E DE LUTA”

Mais do que nunca, hoje vivemos tempos de luta. Desde 2016, após o golpe jurídico, midiático e parlamentar, o Brasil rompe com as regras constitucionais do Estado Democrático de Direito e o pacto social inscrito na Constituição Federal de 1988, adotando uma agenda ultraconservadora capitaneada pelo império norte americano para subjugar a América Latina e países periféricos, no sentido de garantir a reprodução do capital à custa da supressão dos direitos sociais. Por outro lado, ressuscitando o sentimento de Casa Grande e Senzala, que durante séculos prevaleceu na elite brasileira, assistimos o crescimento da intolerância religiosa e política, do preconceito e do racismo, aliada ao ressurgimento do conservadorismo que promove a homofobia e o machismo.

Como profissão que assume o projeto ético político em defesa da classe trabalhadora, o Serviço Social, junto com várias profissões com atuação no campo social, sofre os reflexos da precarização das relações de trabalho e a retração das políticas de proteção social. A classe trabalhadora e nós, assistentes sociais, não podemos assistir, em silêncio, a este réquiem sobre os nossos direitos.

As nossas entidades e, principalmente, o CFESS, por sua capilaridade nacional, tem a responsabilidade de unir forças e mobilizar energias para combater o desmonte da seguridade social, irmanado com os movimentos sociais e sindicais para proteger os direitos sociais e trabalhistas, com a defesa da nossa profissão dos ataques das forças conservadoras e fundamentalistas.

O atual governo é a continuidade do golpe contra os direitos sociais, contra a soberania nacional e contra a democracia. Desde o início desse governo não há registro sobre qualquer medida protetiva dos interesses nacionais, dos direitos sociais, do respeito à diversidade ou de defesa do meio ambiente. As características mais evidentes são a destruição do Brasil, a subordinação ao império norte-americano e o deboche contra o povo brasileiro.

O desmonte dos direitos sociais e das políticas sociais reverbera de forma perversa nos trabalhadores e grupos sociais mais vulneráveis. Essas medidas afetam diretamente o mercado de trabalho provocando a diminuição dos espaços sócios ocupacionais, a precarização das relações de trabalho e a retração da proteção social.

Paira sobre o horizonte da nossa profissão uma dupla ameaça: de um lado, o desmonte das políticas de proteção social que tende a extinguir muitos espaços de atuação profissional; de outro, uma latente campanha de desqualificação da profissão, de questionamento das suas virtudes sociais e do estímulo às práticas confessionais. Diante de um cenário tão complexo não há lugar para exclusivismo político na organização da categoria. Vamos precisar de TODAS as entidades unidas. O TEMPO É DE LUTA!

Nosso programa para a gestão do CFESS contempla uma agenda plural, envolvendo as lutas dos trabalhadores e aliança aos movimentos sociais de resistência, a defesa das políticas públicas consagradas de direitos sociais e o aprimoramento, com base em práticas democráticas, da organização e gestão das relações com a categoria e com o conjunto dos CRESS, Seccionais e outras instâncias. Nesse sentido, buscaremos aprimorar o relacionamento com as demais entidades representativas dos/as assistentes sociais (ABEPSS e FENAS) e com a representação estudantil, além de um compromisso profundo com os usuários das políticas sociais.

No âmbito das relações internacionais faz-se necessário revigorar a Associação Sul-Americana dos Trabalhadores Sociais e discutir os efeitos da vinculação à Federação Internacional de

Trabalhadores Sociais para o Serviço Social brasileiro, se inserindo numa perspectiva global contra hegemônica.

Nossa candidatura marca a defesa intransigente do Estado de Direito Democrático, defesa incondicional do Projeto Ético Político da profissão, construído pelo coletivo dos assistentes sociais, defesa da participação ampla da base, da transparência e compromisso com a fiscalização das instituições, da valorização profissional e melhoria das condições de trabalho, com acolhimento às demandas dos/as assistentes sociais. Além disso, assumimos o compromisso com a formação continuada e permanente a partir das necessidades regionais, com uma comunicação atualizada e direta com a categoria.

Queremos chegar a cada espaço sócio ocupacional do país: saúde, assistência social, previdência, educação, habitação, direitos humanos e sistema sócio jurídico, seja na esfera pública ou não governamental, na defesa intransigente dos direitos conquistados e da atuação ética do/a assistente social. UM CFESS DEMOCRÁTICO, PLURAL, DA BASE, DA UNIDADE E DE LUTA!

PROGRAMA / EIXOS

1. Assumir a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

- Lutar contra a reforma administrativa do atual governo que pretende eliminar direitos dos servidores públicos para facilitar o processo de terceirização de setores estratégicos da administração pública;
- Lutar contra a adoção do sistema de capitalização da Previdência Social;
- Lutar para barrar o avanço da implementação da “Carteira de Trabalho Verde e Amarela” que institui e legaliza a precarização das relações de trabalho;
- Lutar para impedir a imposição de encargos previdenciários sobre o abono desemprego;
- Lutar para retomar a metodologia de correção do Salário Mínimo que assegura ganhos reais acima da inflação;
- Lutar contra os cargos genéricos no Serviço Social junto aos demais trabalhadores, pois permite retirada de direitos;
- Levar em consideração a faixa salarial da categoria, propondo uma medida de revisão da dívida com os CRESS, além de propor uma Política de pagamento de anuidade compatível com o salário da categoria;
- Garantir uma prestação de contas sistemática e detalhada, permitindo maior transparência e controle da categoria;
- Garantir maior autonomia aos CRESS, vez que precisam de estrutura para atender as demandas da categoria.

2. Defesa do Estado democrático e de direitos e o combate sem tréguas ao obscurantismo.

- Defender a soberania nacional e lutar contra o criminoso processo de privatizações que entrega áreas estratégicas do patrimônio nacional ao capital estrangeiro;
- A defesa da democracia pressupõe, em primeiro lugar, proteger as organizações representativas dos diferentes segmentos da sociedade: partidos políticos, sindicatos, associações, conselhos de profissões, conselhos de políticas setoriais, conselhos de defesa de direitos, agremiações, etc.;
- Combate ao desmonte da seguridade social e aos ataques às políticas de educação, assistência social, saúde, habitação e previdência social; por outro lado, deve contemplar a defesa do emprego socialmente protegido e justa remuneração social;

- Defesa do meio ambiente saudável e denúncia às ações criminosas que destroem florestas, rios, mananciais e ecossistemas vitais para o equilíbrio ambiental;
- Combate às práticas fascistas que expressam por meio da perseguição de adversários políticos do governo e dos ataques contra o pensamento crítico, contra a ciência e contra os direitos humanos. As ações fascistas também se manifestam no estímulo à violência contra os grupos tipificados pelo governo como “desviantes”.
- Combate ao racismo, a homofobia, ao machismo e qualquer de forma de preconceito e discriminação;

3. Fortalecer a profissão, dialogar com os profissionais e aprimorar as relações com o conjunto dos CRESS.

- Desenvolver campanha nacional para assegurar o cumprimento da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos (as) assistentes sociais;
- Lutar pela inserção obrigatória dos/as assistentes sociais nas escolas e na Estratégia Saúde da Família;
- Combater o exercício ilegal da profissão e a “indústria de diplomas falsos” em Serviço Social;
- Lutar pelo duplo vínculo de trabalho dos/as assistentes sociais com a garantia da compatibilidade de horário para o efetivo exercício profissional;
- Combater o recrutamento judicial forçado dos profissionais de serviço social para realizar diligências, fiscalização social e/ou atividades incompatíveis às suas funções e responsabilidades, desrespeitando a carga horária de trabalho e a autonomia do profissional;
- Manter uma política de fiscalização permanente nos locais de trabalho junto com as entidades da categoria no âmbito estadual, CRESS, centrais sindicais estaduais e oferecer denúncias coletivas em defesa da profissão e do exercício profissional, dando assim segurança aos trabalhadores;
- Reestruturar o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS por meio do fortalecimento das dimensões cultural, científica e política; com a realização inclusive de Pré Congressos, com um formato mais popular, tornando o CBAS mais acessível ao conjunto dos profissionais com redução de custos operacionais e de inscrições, favorecendo o debate científico com a valorização dos trabalhos inscritos e aprovados, com mesas temáticas com composição plural de TODAS as entidades da categoria, reunindo diferentes profissionais e intelectuais do campo progressista;
- Não discriminação aos profissionais egressos do ensino a distância, vítimas de uma precarização do ensino. É necessário estabelecer, por força de resoluções, os parâmetros para a fiscalização do ensino a distância com urgente investimento em escala nacional, em parcerias com os CRESS, a ABEPSS e com as Instituições de Ensino credenciadas para promoção de programas de qualificação profissional;
- Construir junto às demais entidades um programa de organização da categoria que se encontra fora do mercado de trabalho.
- Construir coletivamente num programa nacional contra o Assédio Moral.

4. Aprimorar e ampliar o diálogo e a cooperação com as entidades representativas dos profissionais e dos estudantes de serviço social.

- Fortalecer o trabalho do conjunto CFESS/CRESS tendo como princípios centrais a cooperação e o respeito às respectivas prerrogativas institucionais. Um sistema federativo se fortalece no reconhecimento e no respeito às diferentes instâncias de poder;

- Respeitar a autonomia dos CRESS e sua prerrogativa, sem prejuízo da federação, de escolher as formas e os mecanismos que favoreçam a sua representatividade no âmbito da respectiva jurisdição;
- Rever o Encontro Nacional CFESS/CRESS adotando um programa trimestral com uma pauta dos temas (políticos e/ou operacionais) mais relevantes para a profissão;
- Estreitar o diálogo com a ABEPSS e com a FENAS e demais entidades existentes do campo democrática, deve pautar-se no respeito às prerrogativas institucionais de cada entidade; na cooperação institucional e na aliança programática;
- Ampliar a relação com a representação estudantil nacional (ENESSO) pautada pelo respeito às prerrogativas institucionais da entidade e na cooperação institucional, garantindo sua autonomia como espaço de organização estudantil;

5. Revitalizar as relações internacionais.

- Buscar o fortalecimento da entidade que congrega os trabalhadores sociais (assistentes sociais) da América do Sul para assegurar maior protagonismo regional e global;
- Avaliar a filiação à International Federation of Social Workers (ISFW), discutindo de forma criteriosa os benefícios políticos e institucionais da filiação do CFESS a esta Federação;
- Buscar a unidade de trabalhadores em escala mundial para enfrentar os efeitos perversos da globalização mercantil.

Para materializar o programa da chapa, uniram-se colegas de profissão, agentes transformadores e lutadores históricos em defesa dos direitos da categoria, profissionais com longa trajetória de inserção nas lutas dos/as trabalhadores/as e dos movimentos sociais, vinculados organicamente ao campo democrático.

Esclarecemos que sempre buscamos a unidade na luta, exigindo o devido respeito às organizações sociais e sindicais como formas diversas de organização da categoria, mas igualmente importantes. Contudo não abrimos mão da nossa trajetória e da nossa crítica respeitosa a uma condução unilateral e hegemônica de mais de 30 anos do CFESS, que, na nossa avaliação, precisa ser oxigenada com maior proximidade às demandas da base e anseios da categoria.

Dessa forma, democraticamente, apresentamos uma outra alternativa para a composição do conselho profissional da categoria.

CHAPA 2 - “CFESS DEMOCRÁTICO, DE UNIDADE E DE LUTA”

Presidente - Agostinho Soares Belo - PA

Vice-Presidente - Juneia Martins Batista - SP

1º Secretário - Daiane Mantoanelli - SC

2º Secretário - Maria das Dores Guimaraes - BA

1º Tesoureiro - Aparecido S. de C. Cavalcante - MT

2º Tesoureiro - Dideanne C.Alves Nunes - PE

CONSELHO FISCAL

1º Sandra Regina F.Barbosa - MG

2º Silvia Regina Leite – MA

3º Nádia Rodrigues da Silva - AL

SUPLENTE

1º Aída G.V. da Silva - RJ

2º Eunice A. Porcel - PR

3º Ronnye Robson S.da Silva - AP

4º Zenit Vaz de Oliveira - GO

5º Kátia Regina Mendes - SP

6º Marklise dos s.Siqueira - AM

7º David Franco Ribeiro - PA

8º Adriana Farias Lacerda - CE

9º Ana Lúcia Soares Tojal- AL

Em nome da transparência, apresentamos nossa coordenação de chapa e campanha e nosso corpo jurídico:

Coordenadora:

Margareth Alves Dallaruvera - Mestre em Serviço Social - PUC RJ. Professora de Serviço Social (20 anos), Fundadora da reabertura do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do RJ / SASERJ, Fundadora da FENAS, Fundadora do FNTSUAS, Membro do grupo do Mobiliza Brasil em defesa dos PLs da Categoria, Articuladora da Primeira Audiência Pública no Congresso Nacional em Defesa dos PLs da categoria. Membro fundador da Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, Ex vice Presidente do CNAS, Membro Titular da Mesa de Gestão do Trabalho no SUAS. Atualmente, membro da executiva e coordenação do FNTSUAS, Dirigente da CNTSS/ CUT, Membro da Executiva e Nacional da Frente Nacional em defesa do SUAS, Vice Presidente do SASERJ, Vice Presidente da FENAS, Coordenadora da Comissão de Política do CNAS, coordenadora do GT Primeira Infância no SUAS/ CNAS.

Vice coordenadora:

Aldenora Gomes González - Assistente social formada pela Universidade Paulista UNIP, natural do Pará, de origem Marajoara. Hoje na condição de Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, pela primeira vez, garantindo o protagonismo dos usuários na Política de Assistência Social do Brasil, viajou o país inteiro para organizar os fóruns estaduais de usuários e assumiu a Secretária Executiva do Fórum Nacional de Usuários do SUAS, militante e membro da Frente Nacional em defesa da Seguridade Social e do SUAS. Liderança nacional pelas frentes dos movimentos sociais pela Reforma Urbana, Agricultura Urbana, Soberania Alimentar, pelo empoderamento dos usuários e em Defesa do SUAS. Presidente do Instituto EcoVida, tem uma vida marcada pela luta contra a exclusão social, na luta em defesa das minorias, com atuação no movimento de mulheres, negros e indígenas.

Corpo Jurídico:

Advogados renomados e com expertise nas lutas da categoria com várias ações com êxito junto a sindicato e FENAS.

1- Marlise Nunes Bauler - OAB/ RS - 53316

2- Ana Cristina Costamilan - OAB / RS - 30229

3- José Luiz Barbosa P. Junior - OAB / RJ - 86713

Apresentamo-nos para uma luta coletiva e verdadeiramente democrática junto com você assistente social que luta cotidianamente nos diversos espaços de intervenção desse imenso país.

Chapa 2 CFESS - “CFESS DEMOCRÁTICO, DE UNIDADE E DE LUTA”